



ASPECTOS DO SINDICALISMO DOCENTE E POLÍTICA EDUCACIONAL NO BRASIL

Maristela do N. Andrade¹

Cristiano Ferronato²

GT 12 – História da Educação

RESUMO

O sindicalismo docente brasileiro é forjado junto ao processo de construção do Sistema Público de Ensino Nacional. E é dentro das ações de política educacional um defensor do acesso, permanência e qualidade da educação à população. Dentro dessa perspectiva este trabalho se propõe a por meio de uma análise histórico documental, estudar a atuação sindical docente aplicada a educação básica, enquanto condição estratégica ao implemento de políticas públicas aplicadas ao magistério público e aos seus trabalhadores. E assim, por meio da análise historiográfica das legislações e propostas, enveredar pela história da educação identificando a atuação do sindicalismo, sobretudo, nas conquistas constitucionais de 1988, com a autorização e legalização da prática sindical e o implemento de propostas de políticas públicas voltadas a atender os trabalhadores em educação.

Palavras-chave: História da Educação. Política educacional. Sindicalismo docente.

ABSTRACT

Brazilian teacher unionism is forged along with the process of building the National Public Education System. And it is within the educational policy actions a defender of access, permanence and quality of education for the population. Within this perspective, this work proposes to, through a documentary historical analysis, study the teaching union performance applied to basic education, as a strategic condition to the implementation of public policies applied to public teaching and its workers. And so, through the historiographical analysis of legislation and proposals, go through the history of education, identifying the role of unionism, especially in the constitutional achievements of 1988, with the authorization and legalization of union practice and the implementation of public policy proposals aimed at meeting workers in education.

Keywords: Educational politics. History of education. Teacher unionism.

¹ Doutoranda em Educação; Programa de Pós-graduação em Educação; Universidade Tiradentes-UNIT; Bolsista CAPES/UNIT; Grupo de pesquisa de História e Educação do Nordeste; e-mail: maristela.andrade@souunit.com.br

² Doutor em Educação; Coordenador do Programa de Pós-graduação em Educação; Universidade Tiradentes-UNIT; Líder do Grupo de pesquisa de História e Educação do Nordeste; E-mail: cristiano_jesus@unit.br



INTRODUÇÃO

O estudo das políticas educacionais transitam por diferentes campos do saber, via legislação, atuação política e indicadores de desempenho. Considerando tais possibilidades, este texto, buscará compreender o movimento a partir da atuação sindical docente na educação básica, enquanto condição estratégica ao implemento de políticas públicas via a aspectos legislativos voltados à melhoria das condições do trabalho docente.

Resultado de um levantamento preliminar acerca da relação entre o sindicalismo docente brasileiro e sua atuação diante das políticas públicas encetadas na segunda metade do século XX no Brasil, procuramos construir um referencial ao entendimento das estratégias e questões corporativas e gerais da educação nacional. Por ser parte de um estudo em desenvolvimento, o trabalho ora apreciado consiste em uma etapa do processo de busca e aprimoramento ao entendimento do movimento sindical docente, enquanto espaço de representatividade e legitimação da classe.

Ao se buscar construir um resgate de natureza histórica acerca das políticas públicas educacionais no Brasil, nos deparamos com um cenário de silenciamento, herdado ora pela tradição educacional em sua estrutura religiosa, aos modos do tempo colonial, onde ensinar era um ato de catequese missionária realizada por religiosos congregados em ordens religiosas. Ora pelo modelo e sistema de aulas avulsas, na qual o professor de modo individual e por vezes solitário atuava no letramento dos seus discípulos os preparando a cursar um grau mais avançado de estudos e prestar provas para ingressos liceus e ateneus, onde agrupados em um espaço com arquitetura ajustadas às necessidades da educação se avançavam em aulas no ensino secundário, e destes acendiam as faculdades. Todo esse processo era guiado por mestres que muitas vezes atuavam junto ao sistema ingressando via concurso ou contratos temporários, estando sujeitos a política de apadrinhamento (SAVIANI, 2013; FERRONATO, 2014; FRAGO; ESCOLANO, 2001).

É na Constituição de 1824, que encontramos a oferta do ensino gratuito, é possível aos cidadãos livres, excluindo-se mulheres, indígenas e escravos. E do mesmo contexto conforme Subirá (2012), a outorga em 1827, do Decreto-Lei Imperial que regulamenta e autoriza a contratação e remuneração de professores pelo erário público.

Contudo, mesmo diante de tais normativos e marcos legais, a consolidação dos



discursos em práticas constituirá em um processo gradual, principalmente no que tange ao reconhecimento dos profissionais do magistério, enquanto indivíduos que sustentam seus lares a partir do exercício da sua atividade profissional. E assim, se justifica a organização destes em classes representativas das demandas de políticas coletivas em benefícios da educação e dos profissionais da área.

O CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA, FRENTE À NECESSIDADE DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE ENSINO: AS TENTATIVAS DE ORGANIZAÇÃO DE CLASSE

De acordo com Vicentini e Lugli (2009), data-se do final do Segundo Império Brasileiro, os registros de entidades voltadas às questões da classe docente, entre as quais se pode citar a Sociedade Literária Beneficente Instituto dos Professores Públicos da Corte (1874 - 1975), a Caixa Beneficente da Corporação Docente do Rio de Janeiro (1875), a Associação dos Professores Públicos da Corte (1877), o Grêmio dos Professores Primários de Pernambuco (1879) e o Grêmio dos Professores Públicos Primários da Corte (1881).

Com o advento da República instalam-se as associações docentes no estado de São Paulo e no Paraná, que são fundadas e constroem os primeiros traços voltados a estruturar a organização nacional de professores, articulação difícil por ter que lidar com as dificuldades como o estabelecimento de redes de comunicação e apoio, muitas vezes impedidas em razão de perseguições políticas, condição limitante ao alcance, desenvolvimento e durabilidade das instituições representativas e das reivindicações (VICENTINI; LUGLI, 2009).

Em idos dos anos 1920, em diferentes partes do país surgem movimentos dispostos a propor melhorias ao modelo educacional em vigor. Tais propostas regionais foram reunidas por meio da Associação Brasileira de Educação – ABE (1924), compondo um documento reivindicatório de melhoria das políticas públicas aplicadas à educação brasileira. Por meio da realização de Conferências de Educação, novas propostas e atribuições vão sendo construídas e incorporadas à proposta inicial, resultando no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nacional de 1932, que propõe uma reestruturação política e ideológica da educação. O progresso do movimento repercute no conteúdo da



legislação constitucional de 1934, que orienta o sistema de ensino e ao trabalho docente dos ensinos primário e secundário em especial.

Dados do Censo Demográfico de 1920, realizado pelo IBGE (2000), apontam que o número de pessoas analfabetas, com 15 anos de idade ou mais, chegava a 11,4 milhões, correspondente a aproximadamente 64,9% da população, o que despertou a elite intelectual para a necessidade de rever a educação brasileira, incorporando novas concepções pedagógicas e propondo objetivos à educação capazes de atender as diferentes camadas sociais e garantir acesso à educação e formação adequada para viver os novos tempos.

Assim, em 1924, a Associação Brasileira de Educação - ABE, tendo à frente Heitor Lyra da Silva (1879-1926), professor da Escola de Belas Artes, iniciou e fomentou discussões voltadas à política educacional, reunindo jornalistas, advogados, escritores, médicos e engenheiros que compartilhavam o entendimento de que o processo de alfabetização por meio do conhecimento científico surte efeito quando novos hábitos e nova consciência são adquiridos. Para atingir seus objetivos, organizaram conferências e congressos.

Em 1927, na cidade de Curitiba, organizou-se a I Conferência Nacional de Educação, com foco no ensino primário e na formação de professores. Em Belo Horizonte, em 1928, ocorreu a II Conferência Nacional de Educação, que pôs em destaque temas como educação política, sanitária, agrícola e doméstica, e o ensino secundário. Em 1929, em São Paulo, a III Conferência Nacional de Educação tratou do ensino primário, secundário e profissional, e da organização universitária. Organizações em prol das questões educacionais desdobram-se nas décadas posteriores³.

A proposta educacional da época voltou-se para atender as diferentes realidades encontradas, dirigindo-se às necessidades de alunos residentes nos diversos espaços: urbano, rural e litorâneo.

Neste ínterim, diferentes reformas fomentaram o cenário político-educacional. Em 1924, Anísio Teixeira, na Bahia, empreendeu a Escola Ativa, para combater o ensino enciclopédico passou a utilizar manuais de práticas pedagógicas na perspectiva de educação integral capaz de associar teoria e prática, modelo adotado, no Estado do Rio de

³ Para ser sobre ver, CUNHA, Luís Antônio. Associação Brasileira de Educação (ABE). In: Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930), 2015.



Janeiro, por Fernando de Azevedo, no período de 1927-1930.

Entre os anos de 1927-1928, destaca-se a atuação, em Minas Gerais, do jurista Francisco Campos com a introdução da Escola Ativa. Em 1930, Francisco Campos, a convite do presidente Getúlio Vargas, assumiu a pasta do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, onde se empenhou em elaborar um Plano Nacional de Educação, convocando educadores nacionais para ordenar o sistema educacional. Seu projeto incluía construção de prédios escolares, diversidade e disponibilidade de material didático, ordenamento das políticas educacionais, entre outros aspectos. Por contar com a participação de renomados intelectuais, as propostas avançaram, porém com contradições e fragilidades, fatores que abriram brechas para que fossem combatidas, principalmente pela elite tradicional, em geral de natureza conservadora católica.

Do contexto, resultou o Manifesto de 1932, que conseguiu sensibilizar a sociedade, ao apresentar propostas que reverberam na Constituição de 1934, a saber:

Art. 150. Compete à União: a) fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do país;

Art. 152. Compete precipuamente ao Conselho Nacional de Educação, organizado na forma da lei, elaborar o plano nacional de educação para ser aprovado pelo Poder Legislativo e sugerir ao Governo as medidas que julgar necessárias para a melhor solução dos problemas educativos, bem como a distribuição adequada dos fundos especiais.

Parágrafo único. Os Estados e o Distrito Federal, na forma das leis respectivas, e para o exercício da sua competência na matéria, estabelecerão Conselhos de Educação com funções similares às do Conselho Nacional de Educação e departamentos autônomos de administração do ensino (BRASIL, C.F., 1934).

Em decorrência de questão governamental, com a instituição do Estado Novo Getulista, a ação foi descontinuada no ano de 1937, sendo retomado nos anos 1960, sob a égide de novo planejamento para desenvolvimento do Estado-Nação.

O período que decorre com o fim do Estado Novo, coloca a educação em uma espécie de gangorra, na qual as políticas públicas empenham-se em construir mecanismos visando a sua centralização e tantos outros voltados a descentralização, cabendo a Legislação de 1946 e a LDB de 1961 a tarefa de equilibrar a balança e as pretensões possíveis de serem aplicadas a educação brasileira.

No ano de 1962, por iniciativa do Ministério da Educação e Cultura - MEC é



elaborado e aprovado pelo Conselho Federal de Educação o primeiro Plano Nacional de Educação. Sem forma nem peso de lei, sua estrutura e sua aplicação podem ser assim descritas:

Era basicamente um conjunto de metas quantitativas e qualitativas a serem alcançadas num prazo de oito anos. Em 1965, sofreu uma revisão, quando foram introduzidas normas descentralizadoras e estimuladoras da elaboração de planos estaduais. Em 1966, uma nova revisão, que se chamou Plano Complementar de Educação, introduziu importantes alterações na distribuição dos recursos federais, beneficiando a implantação de ginásios orientados para o trabalho e o atendimento de analfabetos com mais de dez anos (ALVES, 2010).

A Constituição de 1967 tornou o Plano Nacional de Educação parte do planejamento global da educação nacional⁴. Mas foi na constituição de 1988 que o Plano Nacional de Educação (PNE) se tornou lei, com duração plurianual e obrigatoriedade de articular os diferentes níveis de ensino.

Durante o processo, a educação e seus profissionais esbarram no Governo Militar instituído no ano de 1964, mas tamanha adversidade não impossibilita o ressoar das demandas por direitos a categoria como a luta pela consolidação e definição do piso salarial da classe. Nos anos posteriores, ainda durante o governo duro, associações e confederações foram consolidadas como a Confederação dos Professores Primários do Brasil – CPPB (1960), que no ano de 1973 se transformará na Confederação dos Professores do Brasil, até que em 1990, assumiu a identidade de Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE.

O governo militar interrompe e dificulta a organização do sistema nacional de educação e cria mecanismos para ampliar a descentralização do ensino no território nacional. Contudo, entre seus mecanismos, por meio da reforma do 1º e 2º graus, possível devido a Lei 5.692/1971, ampliou-se a oferta de matrículas de alunos interessados em estudar, e com conseguinte cresceu a necessidade por profissionais da voltados a atender a demanda por educação, o que gerou a contratação de leigos para o exercício da docência (VICENTINI; LUGLI, 2009).

A ação de política pública, ocasionou uma maior busca por cursos de formação docente, visando atender a demanda nas estruturas Estaduais e Municipais e também

⁴ Sobre o tema ver José Silvério Baia Horta, *Liberalismo, Tecnoocracia e Planejamento Educacional no Brasil*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1982.



atender as necessidades de formação imposta com cada Entidade Federada. O maior número de professores, acarretou maior visibilidade das disparidades e a busca pela valorização profissional como meio a combater a precariedade das condições impostas ao seu trabalho.

A associação em torno de uma causa comum a tantos indivíduos resultou na maior conscientização acerca da realidade vivida e da busca por melhores condições sociais de crescimento e permanência na docência, e motivados por tais questões a classe provocou entre as décadas de 1970 e 1980 paralisações e greves, chamando atenção a sua causa.

É nesse contexto que associações de docentes organizaram-se em luta dos seus interesses, podendo em razão da Constituição de 1988, organizar-se legalmente por meio de instituições sindicais, o que anteriormente lhe era negado.

SINDICALISMO: MECANISMO APLICADO A POLÍTICA PÚBLICA E A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOCENTE.

Os acontecimentos no campo da economia, resultado da crise do petróleo (1973), afetou a toda sociedade, e com os docentes não foi diferente. A dificuldade em prover meios dignos de subsistência da família fez com que professores experimentassem ações de reivindicações e mobilizações por melhores condições de trabalho e salário. Conforme Vicentini e Lugli (2009), registra-se como da década de 1950, um momento emblemático com a primeira greve dos professores no Brasil. A partir de então outros movimentos, sobretudo, quando da comemoração do Dia do Professor sobressai-se em razão da reivindicação por melhores e dignas condições de trabalho.

A dinâmica associativista marca o período, demonstrando ser intensa e diversificada as frentes em movimentação. Em Sergipe, a Associação dos Servidores Públicos de Sergipe (ASPES)⁵, reúne uma diversidade de profissionais associados à entidade representativa, demonstrando o condicionamento reivindicatório presente na sociedade sergipana da década de 1950. Assim, o destaque que se dá não é a greve docente,

⁵Associação dos Servidores Públicos de Sergipe (ASPES), fundada em 17 de abril de 1946.



como uma inovação, mas ao peso e intensidade nacional, que a mesma assume nas décadas de 1970 e 1980, muito em razão do quantitativo de profissionais envolvidos com a educação por todo o país.

É da década de 1970, os primeiros registros no periódico Gazeta de Sergipe⁶, sobre o Sindicato dos Professores do Estado de Sergipe, fundado em 08 de setembro de 1977, sobre a nomenclatura de Associação Profissional do Magistério do Estado de Sergipe (APMESE). Entre suas características encontramos ser a mesma uma entidade civil, social e reivindicatória das questões dos professores, inspetores escolares, supervisores escolares e demais especialistas, que tem por lema “Fazer para convencer”⁷.

Como se vê a expressividade docente, coloca o professor como um trabalhador, do setor educacional, que têm direitos e deveres e que precisam ser atendidos em seus anseios. Como forma de fortalecer a causa, o sindicalismo docente aproximou-se pela primeira vez de outras frentes de trabalhadores, sobretudo, do sindicalismo operário e com ele compôs a criação da Central Única dos Trabalhadores – CUT, e por conta da sua trajetória de ações reivindicatória e contestatória, enveredou pela seara política associada a partidos, ditos da esquerda e centro-esquerda brasileiro, como o PT, PMDB, PCdoB, PDT e PSB, como exemplos.

A junção possibilitou o equilíbrio e o fortalecimento da classe trabalhadora, fortalecendo-as, no caso docente, as campanhas em prol do reconhecimento profissional da classe. O longo progresso consolidou-se graças à organização de debates educacionais, sobretudo, realizados nos diversos fóruns estaduais organizados em todo o país e graças às orientações advindas do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, particularidades que promoveram o surgimento líderes e representantes de classe em todo território nacional e que resultou no inciso VI, artigo 37 da Constituição de 1988, na qual o servidor público civil passa a ter direito a livre associação e a greve. Uma vez autorizado o processo de filiação, a força sindical, garante os meios de arrecadação e manutenção de ações e políticas a coletividade docente, o que reverbera em expectativa de luta por valorização da classe (GOUVEIA; FERRAZ, 2013).

O sindicalismo, por meio das associações e suas lutas, garantiram constitucionalmente no inciso VI, artigo 206, o princípio da gestão democrática e por

⁶ APES. GAZETA DE SERGIPE. Ano XXI, Nº 5.706, 28 de abril de 1977.

⁷ APES. Hemeroteca. Diário Oficial do Estado de Sergipe. Nº 18.007. Aracaju, 20 de outubro de 1977, p. 3.



consequente aponta caminhos para a conquista da democracia participativa, aplicada ao ensino público. Ainda resultam desse movimento, o inciso V, artigo 206 que destina um percentual orçamentário a ser aplicado a manutenção e ao desenvolvimento do ensino e a valorização do magistério e seus planos de carreira e ingresso na atividade pública por meio de concurso de prova e títulos. Além de fazer constar na Carta Constitucional, no mesmo artigo inciso VIII, enquanto princípio a definição do piso salarial ser aplicado aos profissionais da educação.

Os mecanismos presentes na Constituição Federal, não foram efetivados em sua totalidade de modo imediato, mas a sua presença representa um legado de lutas travadas e que ainda precisam ser definidos por leis complementares como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB e mesmo pelo PNE.

A atual LDB, de 1996, atribuiu à União a responsabilidade de elaborar, em regime de colaboração com os demais entes federados, o PNE, determinando a partir dele diretrizes e metas para a educação válidas para os dez anos seguintes.

Desde tais ganhos políticos e sociais, os sindicatos se fortalecem, e mesmo que as causas de mobilizações não tenham o mesmo impacto nacionalizante como o que ocorrerá anteriormente, suas ações pautam-se em diminuir desigualdades regionais e na promoção e valorização do profissional do magistério, que colocam em campo de enfrentamento sindicatos e gestores do sistema de ensino no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos referenciais históricos da ação docente, percebe-se que diferentes movimentos organizados por profissionais da educação e apreciadores a ela, preocuparam-se em pensar a política educacional no Brasil. De tal modo que a coexistência de ações, mesmo que descentralizadas, somavam-se ao debate e estruturação dos rumos e da existência das políticas voltadas à educação, e ao seu modo, empenharam-se na defesa da causa e temática educacional. A diversidade de entidades de representação que se constituem ao longo do tempo, destacam o quão caro e necessário era pensar políticas de governo voltadas a compor um modelo eficiente de sistema de ensino, buscando respeitar às diferenças e particularidades regionais de um país de dimensões continentais, como é o caso do Brasil.



Assim, ao partir da atuação das associações, mesmo que sob forte pressão política e sua posterior organização na condição de sindicatos, nos é possível evidenciar o processo pelo qual as reivindicações conscientes e organizadas provocaram resultados a coletividade e ganhos ao sistematizar princípios a serem incorporados em formas de leis e planos nacionais de educação, de modo a favorecer a manutenção e regulação da oferta e condições de trabalho na seara da educação.

Resta-nos perceber que entre a capacidade de organização docente, e o desenvolvimento de ações políticas, considerando-se a descontinuidade da gestão democrática no governo, a luta em prol de salários dignos e melhores condições de ensino, atravessam as questões em pauta ao se pensar a política educacional, existem sensíveis distâncias.

No entanto, a força de mobilização dos professores se amplia e diversifica em razão da capacidade de atuar por meio de associações e sindicatos. Considerando que a nossa pesquisa está em desenvolvimento, pretendemos por meio de análise e cruzamento de diferentes fontes encontrar respostas mais específicas sobre o papel, a atuação e a contribuição à causa educacional brasileira encetada pelo sindicalismo docente.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de. (Coord.). **Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930)**. Fundação Getúlio Vargas. Editora CPDOC. [Recurso eletrônico]. 2015.

ALVES, João Roberto Moreira. Os novos caminhos (ou descaminhos) para um novo Plano Nacional de Educação. **Carta Mensal Educacional**, ano 18 , nº 116 , abril de 2010. Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação. Rio de Janeiro, RJ.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

BRASIL. **Assembleia Nacional Constituinte**: emendas à redação final da Constituição de 1934. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1934.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Diagnóstico da situação educacional de jovens e adultos**. Brasília: O Instituto, 2000.

FERRONATO, Cristiano de J. **Das aulas avulsas ao lyceu provincial**: as primeiras configurações da instrução secundária na província da Parayba do Norte (1836-1884).



Aracaju: Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe; Universidade Tiradentes, 2014.

FRAGO, Antonio V. ESCOLANO, Austín. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. 2. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

GOUVEIA, A. B.; FERRAZ, M. A. S. **Sindicalismo docente e política educacional: tensões e composições de interesses corporativos e qualidade da educação**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 48, p. 111-129, abr./jun. 2013. Editora UFPR.

SAVIANI, Dermeval. **Aberturas para a história da educação: do debate teórico-metodológico no campo da história ao debate sobre a construção do sistema nacional de educação no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2013.

SUBIRÁ, J. A. A. **Um panorama da remuneração inicial dos professores nos municípios do primeiro anel metropolitano de Curitiba: configurações, impasses e perspectivas**. (Dissertação). Mestrado em Educação. PPGE/UFPR, Curitiba, 2012.

VICENTINI, P. P. LUGLI, R. **História da profissão docente no Brasil**. São Paulo: Cortês, 2009.

FONTES

APES. **GAZETA DE SERGIPE**. Ano XXI, Nº 5.706, 28 de abril de 1977.

APES. Hemeroteca. **Diário Oficial do Estado de Sergipe**. Nº 18.007. Aracaju, 20 de outubro de 1977, p. 3.